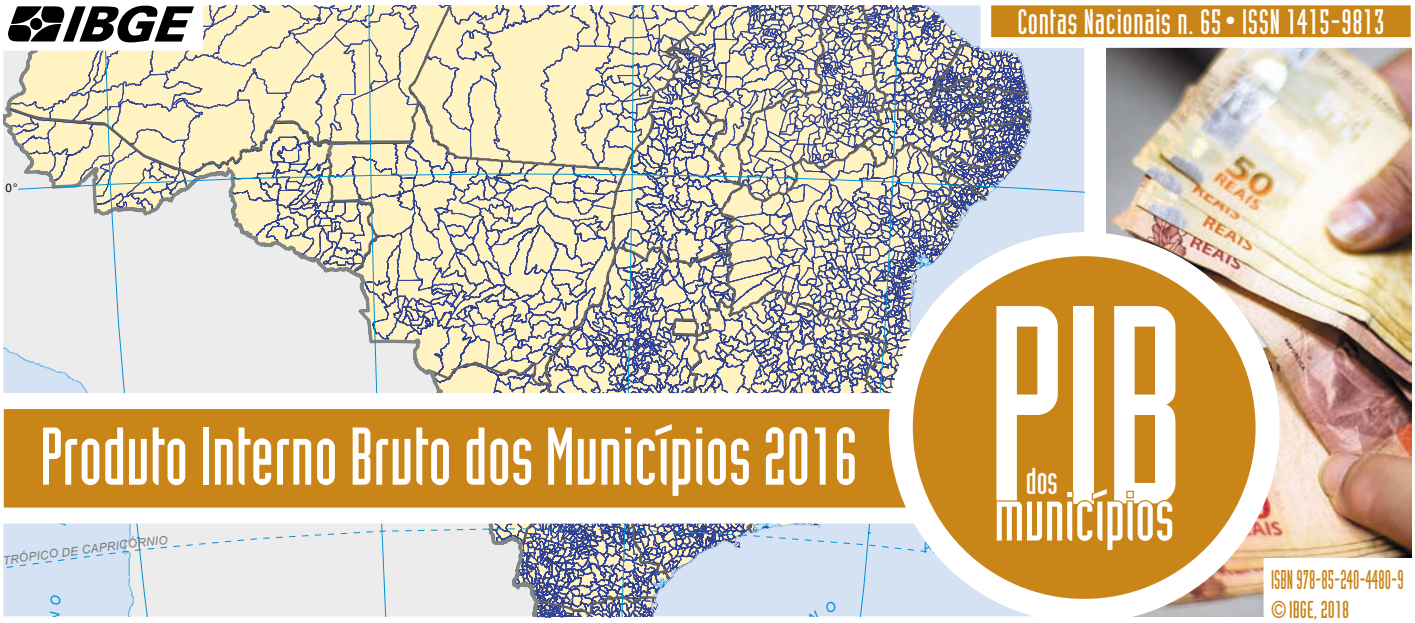
IBGE
Contas Nacionais n. 65 • ISSN 1415-9813



Produto Interno Bruto dos Municípios 2016

ISBN 978-85-240-4480-9
© IBGE, 2018

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2016[1]. A metodologia adotada para sua estimativa é uniforme para todas as Unidades da Federação e é integrada, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Sistema de Contas Regionais, portanto, os resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica: Agropecuária; Indústria; e Serviços, – além da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social –, devido à importância dessa atividade na economia brasileira; bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*, informações que, além de estabelecer relações macroeconômicas, possibilitam traçar perfis econômico e setorial para cada um dos municípios brasileiros.

O presente informativo traz comentários analíticos sobre os principais destaques para o ano de 2016, com comparações em relação a 2015 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, início da série estudada. Pela primeira vez, apresenta-se uma análise geográfica mais detalhada, que interpreta o PIB dos Municípios de acordo com sua distribuição no País. O trabalho, que, a partir da publicação deste ano, conta com a colaboração da Diretoria de Geociências, permite, assim, interpretar tais estimativas com mais precisão, com base nas tipologias (classificações de municípios como, por exemplo, rurais e urbanos) e regionalizações (agregações de municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados do PIB dos Municípios, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

Cabe informar que para a estimativa do ano de 2016 dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, os indicadores que dependem das informações de saídas de mercadorias, provenientes da Secretaria da Fazenda, e de consumo de energia (estrutura por município) foram os mesmos utilizados na estimativa do ano de 2015.

Concentração econômica

O resultado de 2016 mostra que seis municípios responderam por quase ¼ do PIB do Brasil e representavam 12,9% da população; e que os 66 municípios de maiores PIBs representavam, aproximadamente, ½ do PIB e ⅓ da população do País. Já em 2002 apenas quatro municípios somavam quase ¼ da economia nacional.

Destaca-se, ainda, que os 1 318 municípios de menores PIBs responderam, em 2016, por cerca de 1,0% do PIB e por 3,1% da população brasileira. Nota-se que entre esses municípios, os que estão no Piauí (161), Paraíba (132), Tocantins (72) e Rio Grande do Norte (82), representam cerca de 50% dos municípios do respectivo estado. Em 2002, 1 383 municípios correspondiam a 1,0% do PIB e somavam 3,7% da população.

Os municípios que responderam por quase ¼ da economia brasileira, em 2016, foram: São Paulo (SP) com 11,0%, Rio de Janeiro (RJ) com 5,3%, Brasília (DF) com 3,8%, Belo Horizonte (MG) com 1,4%, Curitiba (PR) com 1,3% e Osasco (SP) com 1,2%.

Ainda entre os seis maiores PIBs, apenas Osasco (SP) alterou sua posição ao longo da série, ao sair da 16ª posição, em 2002, para a sexta, em 2016, muito em virtude do ganho de participação das atividades de comércio, serviços de informação e atividades financeiras no período. Em 2002, os quatro primeiros municípios somavam cerca de ¼ do PIB nacional.

Por Grandes Regiões e Unidades da Federação, em 2016, o padrão identificado no País é repetido. Houve concentração das maiores parcelas do PIB em poucos municípios. Na comparação entre 2002 e 2016, em todas as regiões o número de municípios que somavam até ¼ da economia foi ampliado, com exceção da Região Sudeste onde apenas o Município de São Paulo (SP) situa-se nessa faixa, apesar de ter reduzido sua participação na região de 22,1%, em 2002, para 20,6%, em 2016.

[1] Por decisão editorial, a partir do ano de referência 2016, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre o PIB dos Municípios estão disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>.

O índice de Gini para o PIB, em 2016, foi de 0,85 e, ao longo da série analisada, manteve-se praticamente inalterado. Em 2016, apenas os Estados de São Paulo e do Amazonas apresentaram índice de Gini superior ao nacional, ambos iguais a 0,87. Os menores indicadores foram observados nos Estados de Mato Grosso do Sul (0,68), Acre e Rondônia (ambos com 0,69).

Os 100 maiores PIBs municipais brasileiros, em 2016, representavam 56,0% do PIB do País ante uma participação de 60,0%, em 2002. Apenas as capitais de três estados da Região Norte não pertenciam a este grupo: Rio Branco (AC), Boa Vista (RR) e Palmas (TO).

Entre 2002 e 2016, na distribuição por Grandes Regiões, esses 100 municípios também perderam participação em relação ao PIB de suas regiões. E, em termos de número de municípios, apenas o Sudeste e Sul apresentaram redução entre 2002 e 2016.

Na análise sem os Municípios das Capitais, os 100 maiores PIBs também perderam participação no PIB do Brasil, entre 2002 e 2016, de 27,1% para 26,4%. Entretanto, observa-se que apenas no Sudeste e no Sul esses municípios perderam participação no total da respectiva região. Nas demais regiões houve ganho de participação entre 2002 e 2016. Nota-se, ainda, que a Região Norte, em 2002, não tinha nenhum representante entre os 100 maiores PIBs e passou a contar com um município em 2016, Parauapebas (PA) com 0,2% do PIB brasileiro.

Distribuição dos municípios segundo as faixas de participação no PIB do Brasil

Faixas de participação no PIB do Brasil	Número de municípios	Participação (%)		Número de municípios acumulado	Participação acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
				2002		
Até 25%	4	0,1	12,0	4	0,1	12,0
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	48	0,9	29,3
De 50% a 75%	263	4,7	24,4	311	5,6	53,7
De 75% a 95%	1 899	34,2	31,0	2 210	39,7	84,7
De 95% a 99%	1 967	35,4	11,6	4 177	75,1	96,3
De 99% a 100%	1 383	24,9	3,7	5 560	100,0	100,0
				2016		
Até 25%	6	0,1	12,9	6	0,1	12,9
De 25% a 50%	60	1,1	20,9	66	1,2	33,8
De 50% a 75%	310	5,6	23,6	376	6,8	57,4
De 75% a 95%	1 970	35,4	29,3	2 346	42,1	86,7
De 95% a 99%	1 906	34,2	10,2	4 252	76,3	96,9
De 99% a 100%	1 318	23,7	3,1	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.
(1) População residente estimada para 1° de julho, segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Distribuição dos 100 municípios com os maiores PIBs, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	2002			2016		
	Número de municípios	Participação do PIB (%)		Número de municípios	Participação do PIB (%)	
		Na região	No Brasil		Na região	No Brasil
				100 municípios com os maiores PIBs		
Brasil	**100**	..	**60,0**	**100**	..	**56,0**
Norte	4	43,3	2,0	5	40,4	2,2
Nordeste	12	41,0	5,4	14	40,9	5,9
Sudeste	59	70,8	40,6	56	66,8	35,5
Sul	20	42,6	6,9	17	38,0	6,5
Centro-Oeste	5	59,5	5,1	8	59,0	6,0
				100 municípios com maiores PIBs, exclusive os Municípios das Capitais		
Brasil	**100**	..	**27,1**	**100**	..	**26,4**
Norte	-	-	-	1	3,7	0,2
Nordeste	6	7,7	1,0	8	10,7	1,5
Sudeste	69	37,0	21,2	63	35,7	19,0
Sul	22	28,0	4,5	22	27,6	4,7
Centro-Oeste	3	4,4	0,4	6	9,5	1,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.

Em 17 Unidades da Federação, os cinco maiores PIBs concentravam mais do que ½ do PIB estadual, em 2016, sendo que no Amazonas, Roraima, Amapá e Distrito Federal somavam mais de 80%.

Entre as demais, 10 Unidades da Federação, os cinco maiores PIBs somavam menos de 40% em: Paraná (38,7%), Santa Catarina (34,5%) e Rio Grande do Sul (32,5%), todos do Sul; e apenas um do Sudeste, Minas Gerais (34,3%). Em 2002, entre estes, apenas no Paraná os cinco maiores PIBs somavam mais de 40% do PIB estadual (42,6 %).

Os Municípios das Capitais representavam, em 2016, cerca de ⅓ do PIB nacional. Enquanto São Paulo (SP), com 11,0%, ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, Palmas (TO) ocupava a última posição e representava 0,1%.

Por Grande Região, no Centro-Oeste as capitais participavam com 52,1% do PIB, já que Brasília (DF), por ser a capital do País, sozinha representava 37,2% da região.

As capitais dos estados do Norte respondiam por 43,9% da região, no Nordeste e no Sudeste somavam 33,0% e 33,8% de seus respectivos PIBs, enquanto no Sul verificou-se o menor percentual, 16,5%.

Observando a participação no respectivo estado, 12 capitais representavam menos de 30% do PIB estadual: Belém (PA), 21,3%; Palmas (TO), 25,7%; Recife (PE), 29,6%; Salvador (BA), 23,6%; Belo Horizonte (MG), 16,2%; Vitória (ES), 19,9%; Curitiba (PR), 20,9%; Florianópolis (SC), 7,3%; Porto Alegre (RS), 18,0%; Campo Grande (MS), 27,7%; Cuiabá (MT), 17,9%; e Goiânia (GO), 25,7%.

Cinco municípios com maiores PIBs em relação às Unidades da Federação

Unidades da Federação	Cinco municípios com maiores PIBs			
	Participação no PIB da Unidade da Federação (%)		Participação no número de municípios da Unidade da Federação 2016 (%)	Participação no total da população da Unidade da Federação 2016 (%) (1)
	2002	2016		
Rondônia (52 municípios)	58,3	61,6	9,6	52,1
Acre (22 municípios)	80,1	76,5	22,7	69,2
Amazonas (62 municípios)	88,1	85,1	8,1	62,1
Roraima (15 municípios)	87,5	85,9	33,3	79,2
Pará (144 municípios)	49,3	44,4	3,5	30,7
Amapá (16 municípios)	91,7	87,7	31,3	84,1
Tocantins (139 municípios)	52,3	52,8	3,6	41,7
Maranhão (217 municípios)	52,1	48,8	2,3	24,7
Piauí (224 municípios)	60,2	58,6	2,2	35,9
Ceará (184 municípios)	61,1	59,2	2,7	40,9
Rio Grande do Norte (167 municípios)	60,4	60,1	3,0	44,1
Paraíba (223 municípios)	56,4	56,4	2,2	38,0
Pernambuco (185 municípios)	58,7	53,1	2,7	31,5
Alagoas (102 municípios)	54,1	59,6	4,9	42,8
Sergipe (75 municípios)	61,8	60,1	6,7	48,0
Bahia (417 municípios)	43,4	44,1	1,2	27,7
Minas Gerais (853 municípios)	37,0	34,3	0,6	22,9
Espírito Santo (78 municípios)	64,6	58,4	6,4	47,4
Rio de Janeiro (92 municípios)	68,1	66,7	5,4	51,8
São Paulo (645 municípios)	47,1	45,2	0,8	34,7
Paraná (399 municípios)	42,6	38,7	1,3	29,3
Santa Catarina (295 municípios)	34,4	34,5	1,7	26,6
Rio Grande do Sul (497 municípios)	34,8	32,5	1,0	25,0
Mato Grosso do Sul (79 municípios)	52,1	51,9	6,3	51,9
Mato Grosso (141 municípios)	41,7	40,1	3,5	39,1
Goiás (246 municípios)	47,0	47,3	2,0	39,8
Distrito Federal (1 município)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
(1) População residente estimada para 1° de julho, segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Nas demais Unidades da Federação apenas as capitais do Acre (59,1%), Amazonas (79,0%), Roraima (73,7%), Amapá (64,7%), Rio de Janeiro (51,5%) e Distrito Federal (100%) detinham mais de ½ do PIB estadual.

Atesta-se ainda, que, ao longo da série estudada, Florianópolis (SC) era a única capital que não ocupava a primeira posição em seu estado. Em 2016, com 7,3% foi precedida por Joinville (SC), com 9,8%, e por Itajaí (SC), com 7,5%.

Evolução das participações do PIB entre os municípios

Período 2015-2016

Entre 2015 e 2016, analisando as maiores diferenças absolutas de participação em relação ao PIB do Brasil – obtida a partir da diferença entre as participações percentuais – os cinco municípios que mais ganharam participação somaram 16,6%, em 2016, um ganho de 0,4 ponto percentual (p.p.) em relação a 2015.

Brasília (DF) foi o município com o maior ganho (0,2 p.p.), em função da atividade de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Em seguida, Osasco (SP), Paulínia (SP), São Paulo (SP) e São Francisco do Conde (BA), todos com ganho de 0,1 p.p., em decorrência da atividade financeira para o primeiro, da indústria do refino para o segundo e quarto municípios, e dos Serviços para o terceiro.

Já as cinco maiores quedas absolutas foram influenciadas pelo resultado da extração de petróleo e gás. Campos dos Goytacazes (RJ) perdeu -0,3 p.p. entre 2015 e 2016 e os demais perderam -0,1 p.p. cada: Ilhabela (SP), Maricá (RJ), Presidente Kennedy (ES) e Cabo Frio (RJ). Estes cinco municípios passaram de 1,1% do PIB nacional, em 2015, para 0,6%, em 2016.

Considerando-se as diferenças de posição – obtidas a partir da diferença de posição dos municípios em relação ao valor do PIB –, os maiores e menores avanços de posição destacados são de municípios com pequena participação no PIB do País, geralmente 0,0%, e estavam acima da 2 200ª posição, em 2015.

O Município de Gentio do Ouro (BA) obteve o maior avanço, 2 005 posições entre 2015 e 2016, em virtude da indústria de máquinas e equipamentos demandados para a construção de complexo eólico. Tabocas do Brejo Velho (BA), segundo colocado nesse quesito, avançou, principalmente, devido ao aumento da arrecadação de imposto de importação de equipamentos para geração solar. Na terceira e na quarta posições, os municípios mineiros de Olhos-d´Água e Estrela do Sul tiveram ganhos relacionados à silvicultura.

Entre os maiores recuos de posição, a Agropecuária foi determinante para o resultado. Em Reserva do Cabaçal (MT) e em Sambaíba (MA) foi a silvicultura a responsável pelos recuos. Já nos municípios piauienses de Santa Filomena e Currais, a perda deveu-se ao cultivo de soja.

Período 2002-2016[2]

Na série estudada, 2002-2016, percebe-se tendência à desconcentração econômica no nível municipal, visto que os dois municípios com as maiores diferenças absolutas de participação foram São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), sempre o primeiro e o segundo maiores PIBs brasileiros, respectivamente. Em 2002, somavam 19,0% do PIB do Brasil e, em 2016, 16,2%. A queda de participação distribuiu-se entre atividades da Indústria e dos Serviços.

Em seguida, as maiores perdas de participação ocorreram em Campos dos Goytacazes (RJ), -0,5 p.p.; São Bernardo do Campo (SP), -0,3 p.p.; e -0,3 p.p. em São José dos Campos (SP). Estes municípios estão entre as 50 maiores economias do País. Em 2016, passaram a participar, na ordem, com 0,3%, 0,7% e 0,6%.

Já o maior ganho de participação no período ocorreu no Município de Osasco (SP), 0,4 p.p., que subiu da 16ª para a sexta posição em relação ao PIB, em função do avanço das atividades de comércio, serviços de informação e atividades financeiras.

Em segundo lugar, Itajaí (SC) ganhou 0,2 p.p. e passou a participar com 0,3% do PIB do Brasil, em 2016, em razão do ganho relativo nos Serviços e na indústria de automóveis. Em seguida, Uberlândia (MG) e Jundiaí (SP) avançaram 0,1 p.p. cada, devido aos ganhos da indústria de transformação e do comércio, respectivamente.

Na diferença de posição entre 2002 e 2016, o Município de Brejo Alegre (SP) foi o principal destaque positivo, com avanço da indústria sucroalcooleira. Destacaram-se ainda os Municípios de Parazinho (RN), graças ao desempenho na atividade de geração de energia eólica; Alto Horizonte (GO), voltado para a extração de cobre; e Davinópolis (GO), vinculado à atividade de geração de energia hidrelétrica.

Entre as maiores perdas de posição no período, estão Porto do Mangue (RN), cuja perda justificou-se pelas oscilações na atividade de extração de petróleo; Rubiácea (SP) e Motuca (SP), ambos com queda relativa na Agropecuária; e Delfim Moreira (MG), com redução dos Serviços.

[2] Para a análise do período 2002-2016 foram desconsiderados os 10 municípios criados entre 2003 e 2013.

Perfil econômico dos municípios[3]

Em 2016, 55,0% dos municípios brasileiros, ou 3 062 municípios, a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social foi a principal atividade econômica. Nos Estados de Roraima, Paraíba, Piauí, Sergipe, Amapá e Rio Grande do Norte, esse percentual era 90,0%. No outro extremo, os estados da Região Sul tinham cerca de 11,0% de seus municípios com essa característica.

Em uma análise sem a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, em 2016, nota-se que em 3 209 municípios, ou 57,6% dos municípios, a Agropecuária era atividade predominante. Em 1 416 municípios, equivalente a 25,4%, o Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas ou os Demais Serviços era a atividade com o maior peso.

Os municípios em que a atividade mais expressiva era alguma atividade industrial foram 945, ou 17,0%. Refazendo a tipologia para 2002, observa-se que 71,8% dos municípios mantiveram o perfil econômico.

Agropecuária

Observa-se, em 2016, que ¼ do valor adicionado bruto da Agropecuária brasileira era concentrada em 170 municípios. Desses municípios, o Centro-Oeste detinha o maior número de municípios, 67, ancorados na produção de soja em grão e do algodão herbáceo.

Os cinco maiores valores foram, na ordem, Sapezal (MT), Sorriso (MT) , Rio Verde (GO), Campo Novo do Parecis (MT) e Diamantino (MT), e somaram 2,1% do valor adicionado bruto da Agropecuária em 2016.

Da primeira até a 12ª posição da Agropecuária, em 2016 todos os municípios estão no Centro-Oeste, em 2002, apenas os dois primeiros pertenciam à região.

Ocupando a 13ª e 14ª posições, em 2016, estão Unaí (MG) e São Desidério (BA), respectivamente, também voltados para o cultivo de soja e algodão. Em seguida, em 15ª posição, Ulianópolis (PA) com destaque no cultivo de cana-de-açúcar.

Indústria

Na Indústria, em 2016, 18 municípios concentravam ¼ de seu valor adicionado bruto, revelando um nível de concentração maior que na Agropecuária. Com 86 municípios chega-se a ½ da Indústria. No outro extremo, nota-se que 2 708 municípios responderam por 1,0% da Indústria.

Entre os 20 municípios de maior participação, em 2016, 11 pertenciam à Região Sudeste, sendo que sete pertenciam ao Estado de São Paulo.

A capital paulista manteve a primeira posição, concentrando 5,5% da Indústria em 2016 (8,1%, em 2002). Rio de Janeiro, com 3,2%, ocupava a segunda posição, seguido por Manaus (2,2%) com sua Zona Franca.

Na sequência, tanto Paulínia (SP), com 1,3%, quanto São José dos Campos (SP), com 1,1% de participação na Indústria, tiveram seus desempenhos vinculados à indústria do refino de petróleo. Já em Curitiba (PR), que ocupou a sexta posição, destacaram-se as indústrias de metalurgia, materiais e equipamentos e, ainda, fabricação de automóveis.

Entre as 20 maiores indústrias do País estiveram também as capitais Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Fortaleza (CE) e Salvador (BA). Excluindo os Municípios das Capitais, o município nordestino de maior posição foi Camaçari (BA), devido ao refino de petróleo. Já no Norte foi o Município de Parauapebas (PA), devido à extração de minério de ferro.

Serviços

Em uma análise sem os serviços da administração pública, São Paulo (15,4%), Rio de Janeiro (5,9%), Brasília (3,4%) e Belo Horizonte (1,8%) agregavam pouco mais de ¼ do valor adicionado bruto em 2016.

Em seguida, os 35 municípios de maior participação acumularam ½, dentre os quais 19 eram capitais. No mesmo ano, os 2 050 municípios de menor participação somavam apenas 1,0% desses Serviços.

Osasco (SP) na quinta posição, com 1,8% foi o município mais bem-colocado sem ser capital. Em seguida, os municípios também paulistas, Campinas (10ª posição), Guarulhos (12ª), Barueri (14ª), São Bernardo do Campo (16ª), Jundiaí (17ª) e Ribeirão Preto (18ª), e o município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Duque de Caxias (20ª).

Excluindo os Municípios das Capitais e todos os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, os mais bem-posicionados foram, na ordem, Uberlândia (MG) e Joinville (SC), na 35ª e 38ª posição.

Em Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, observa-se a elevada participação desta atividade, sobretudo para a economia dos municípios de menores PIBs.

Nota-se ainda que, nos municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste, os serviços da administração pública têm maior peso em suas economias. Entretanto, observa-se que há concentração destes serviços nos Municípios das Capitais ou municípios da Região Sudeste, em termos de participação da atividade no Brasil.

[3] Para a análise do perfil econômico, a principal atividade foi selecionada dentre as seguintes: Agropecuária; Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Construção; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e demais serviços.

Municípios das Capitais

Municípios das Capitais	Participação do valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social no total do município (%)		Participação da população em 2016 (%) (1)	
	2002	2016	No Brasil	Na Unidade da Federação
Brasília (DF)	44,3	44,6	1,4	100,0
Boa Vista (RR)	39,9	43,7	0,2	63,5
Macapá (AP)	39,2	43,4	0,2	59,5
Rio Branco (AC)	29,2	31,4	0,2	46,2
Palmas (TO)	19,6	25,7	0,1	18,3
Porto Velho (RO)	27,4	22,6	0,2	28,6
Campo Grande (MS)	20,1	22,3	0,4	32,2
João Pessoa (PB)	18,3	21,1	0,4	20,0
Teresina (PI)	20,2	20,9	0,4	26,4
Natal (RN)	20,4	20,3	0,4	25,3
Aracaju (SE)	16,7	18,3	0,3	28,3
Rio de Janeiro (RJ)	17,2	18,2	3,2	39,1
Belém (PA)	14,7	18,2	0,7	17,5
Cuiabá (MT)	17,1	18,1	0,3	17,7
Maceió (AL)	19,2	17,8	0,5	30,4
Fortaleza (CE)	15,6	15,4	1,3	29,1
Florianópolis (SC)	13,1	15,3	0,2	6,9
Salvador (BA)	11,9	14,8	1,4	19,2
Recife (PE)	12,6	14,7	0,8	17,3
São Luís (MA)	11,4	14,2	0,5	15,6
Belo Horizonte (MG)	12,6	14,1	1,2	12,0
Goiânia (GO)	12,6	13,7	0,7	21,6
Manaus (AM)	12,1	13,6	1,0	52,3
Curitiba (PR)	9,1	13,0	0,9	16,8
Porto Alegre (RS)	10,1	10,8	0,7	13,1
Vitória (ES)	8,5	10,5	0,2	9,0
São Paulo (SP)	7,1	7,4	5,8	26,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
(1) População residente estimada para 1° de julho, segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Em 2016, os 10 primeiros municípios de maior valor dos serviços da administração pública agregaram cerca de ¼, sendo os três primeiros: Brasília (DF), com 9,7%; Rio de Janeiro (RJ), com 5,0%, e São Paulo (SP), com 4,4%.

Desconsiderando os Municípios das Capitais, até a 20ª posição encontra-se o Município de Duque de Caxias (RJ) na 10ª posição, São Gonçalo (RJ), na 12ª; Nova Iguaçu (RJ), na 15ª; Guarulhos (SP), na 16ª; e Campinas (SP), na 18ª posição.

PIB *per capita*[4]

Os municípios com os maiores PIBs *per capita* ao longo da série estudada, 2002-2016, caracterizam-se pela baixa densidade demográfica. Em 2016, os 10 maiores municípios neste quesito somavam 1,2% do PIB brasileiro e apenas 0,1% da população.

Paulínia (SP), com valor de R$ 314 637,69 foi o município com o maior PIB *per capita* em 2016. O município possui relevância nacional na indústria de refino de petróleo. Na segunda posição está Selvíria (MS), com R$ 306 138,63 graças à geração de energia hidrelétrica.

Em seguida, São Francisco do Conde (BA), com R$ 296 459,35 também influenciado pelo refino de petróleo e Triunfo (RS), com PIB *per capita* de R$ 289 932,05 em razão de sua indústria petroquímica.

Entre as 10 primeiras posições estão ainda mais quatro municípios paulistas: Brejo Alegre (R$ 274 572,12); Sebastianópolis do Sul (R$ 253 147,24); Louveira (R$ 250 827,01); e Meridiano (R$ 184 602,58). Enquanto em Louveira, o principal segmento foi o comércio atacadista, nos outros três municípios a indústria de biocombustíveis foi o destaque.

Na oitava posição, Campos de Júlio (MT) com R$ 202 309,42, em razão da Agropecuária (soja em grão e algodão herbáceo). Extrema (MG) ocupava a 10ª posição, em 2016 (R$ 183 218,05), tendo na Indústria de transformação sua principal atividade econômica.

Entre os Municípios das Capitais, Brasília (DF), com R$ 79 099,77 ocupou a primeira posição em relação ao PIB *per capita*, em 2016, enquanto Macapá (AP) foi a capital que ocupou a menor posição (R$ 19 935,32).

A razão entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do Brasil mostrou que, em 2016, enquanto Brasília (DF) ficou com 2,60, em Macapá (AP) a razão foi de 0,66. No mesmo ano, 12 capitais brasileiras possuíam PIB *per capita* maior do que o nacional; em 2002, eram 11.

Manaus (AM) foi a única representante da Região Norte com razão acima de 1,0 ao longo da série, com 1,10 em 2016 (1,39 em 2002), e Recife a única da Região Nordeste, com razão 1,0 em 2016 (1,15, em 2002).

Percebe-se, entretanto, uma tendência a aproximação dos valores do PIB *per capita* dos Municípios das Capitais. As razões das capitais têm se aproximado a 1,0 ao longo da série estudada, ou seja, enquanto as razões acima do valor nacional, em 2002, reduziram na comparação a 2016, as razões abaixo aumentaram no período.

Razão entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do Brasil

2002		2016	
Brasília (DF)	2,93	Brasília (DF)	2,60
Vitória (ES)	2,82	Vitória (ES)	1,99
São Paulo (SP)	2,10	São Paulo (SP)	1,88
Rio de Janeiro (RJ)	1,87	Rio de Janeiro (RJ)	1,67
Porto Alegre (RS)	1,56	Porto Alegre (RS)	1,63
Curitiba (PR)	1,52	Curitiba (PR)	1,45
Florianópolis (SC)	1,41	Florianópolis (SC)	1,28
Manaus (AM)	1,39	Cuiabá (MT)	1,25
Belo Horizonte (MG)	1,21	Belo Horizonte (MG)	1,15
Recife (PE)	1,15	Manaus (AM)	1,10
Goiânia (GO)	1,15	Goiânia (GO)	1,06
Cuiabá (MT)	0,98	Recife (PE)	1,00
Boa Vista (RR)	0,98	Campo Grande (MS)	0,97
Aracaju (SE)	0,98	Palmas (TO)	0,95
Palmas (TO)	0,91	Porto Velho (RO)	0,95
Campo Grande (MS)	0,82	São Luís (MA)	0,86
Macapá (AP)	0,81	Aracaju (SE)	0,85
Natal (RN)	0,79	Natal (RN)	0,82
João Pessoa (PB)	0,78	Boa Vista (RR)	0,82
Rio Branco (AC)	0,78	João Pessoa (PB)	0,77
Porto Velho (RO)	0,78	Fortaleza (CE)	0,76
São Luís (MA)	0,74	Teresina (PI)	0,74
Salvador (BA)	0,73	Rio Branco (AC)	0,71
Belém (PA)	0,71	Maceió (AL)	0,69
Fortaleza (CE)	0,71	Salvador (BA)	0,68
Maceió (AL)	0,60	Belém (PA)	0,67
Teresina (PI)	0,56	Macapá (AP)	0,66

Norte · Nordeste · Sudeste · Sul · Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

[4] População residente estimada por município com data de referência em 1º de julho, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

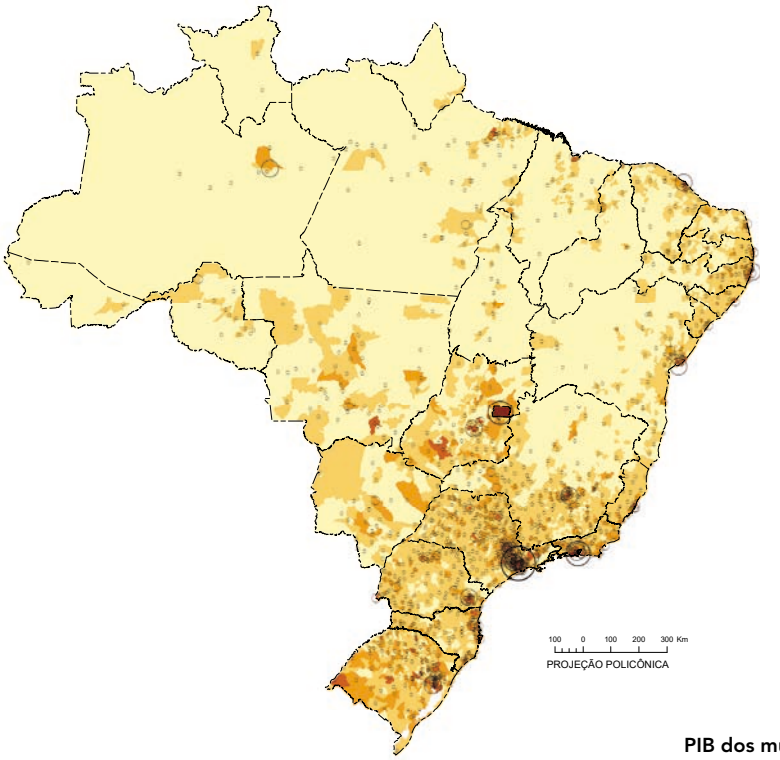
Análise geográfica

Uma análise geográfica do PIB dos Municípios parte, obrigatoriamente, da leitura da distribuição do PIB ao longo do território brasileiro por três métricas: o valor absoluto, o valor ponderado pela área (densidade econômica) e o valor ponderado pela população (PIB *per capita*).

Na escala municipal de mensuração, o PIB apresenta elevada concentração no Território Nacional. Na comparação entre as Grandes Regiões do País, os municípios da Região Sudeste agregavam 53,2% do PIB nacional, em 2016, seguiam-se os municípios das Regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, com 17,0%, 14,3%, 10,1% e 5,4%, respectivamente.

Observa-se, uma grande concentração espacial na porção litorânea, central e sul do território. Em termos de PIB *per capita*, por sua vez, percebe-se que boa parte do território na porção Norte e Nordeste apresentaram valores inferiores à média nacional (R$ 30 411,30), enquanto as Regiões Centro-Oeste e Sudeste destacaram-se positivamente.

Produto Interno Bruto e densidade econômica dos municípios
2016



PIB dos municípios

Valores em mil reais	N° de municípios por classe
> 500 000 a 10 000 000	1 191
> 10 000 000 a 35 000 000	72
> 35 000 000 a 90 000 000	16
> 90 000 000 a 330 000 000	2
> 330 000 000 a 687 035 890	1

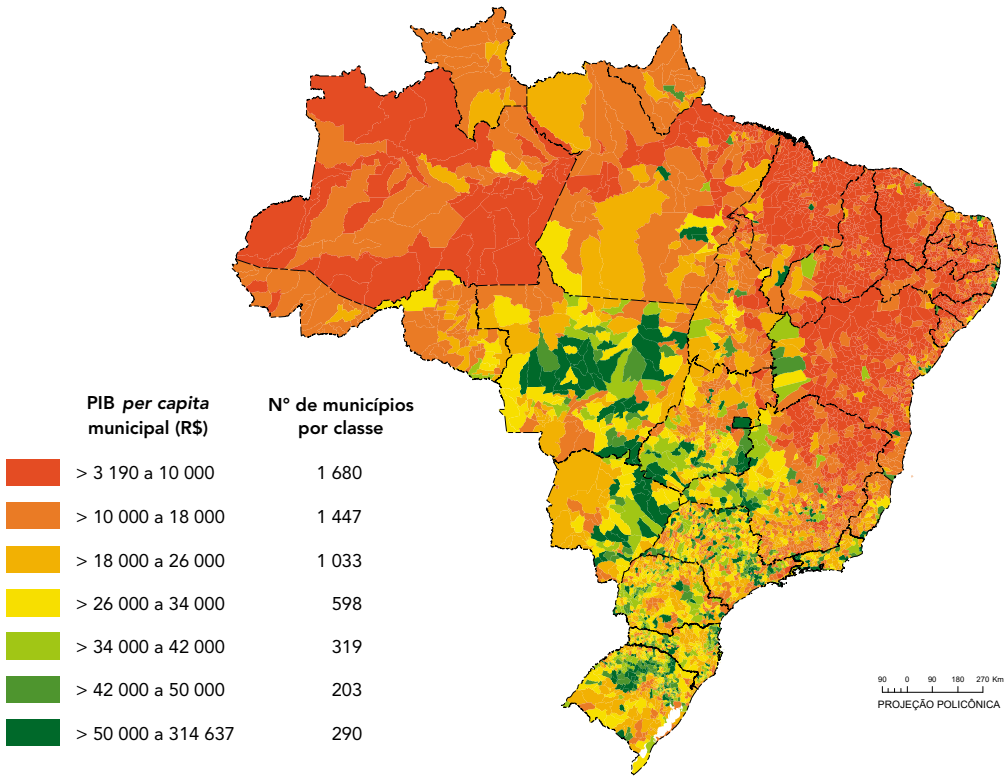
Densidade econômica dos municípios

Mil reais/Km²	N° de municípios por classe
> 907 a 250 000	2 112
> 250 000 a 2 300 000	2 690
> 2 300 000 a 18 000 000	602
> 18 000 000 a 140 000 000	138
> 140 000 000 a 1 145 467 424	28

Nota: Apenas estão representados os municípios com PIB superior a R$ 500 000 000, os quais detêm quase 90% do PIB nacional.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Produto Interno Bruto *per capita*
2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Recortes e tipologias geográficas

Em termos de regionalização, uma escala mais fina é a das Regiões Geográficas Imediatas[5], que possibilita avaliar as disparidades entre municípios-polo[6] e municípios do entorno[7]. Nesta perspectiva, os municípios-polo concentravam, em 2016, 58,9% do PIB nacional, enquanto os municípios do entorno representavam 41,1%.

Outra forma de se entender a geografia do PIB é por meio da diferenciação entre rural e urbano. Com base em critérios morfológicos aplicados à ocupação humana, o IBGE recentemente classificou os municípios brasileiros em urbanos e rurais. Os 1 456 municípios predominantemente urbanos (ou 26,1% do total de municípios) responderam por nada menos do que 87,5% do PIB brasileiro, em 2016. Somente os municípios predominantemente urbanos da Região Sudeste (625 municípios, ou 11,2% do total) responderam por ½ do PIB nacional.

Em uma outra escala espacial de análise, a região de urbanização quase contínua que se estende desde Santos até Piracicaba, e desde Sorocaba até Pindamonhangaba, a Cidade-Região[8] de São Paulo, concentrou, em 2016, 26,0% do PIB do Brasil. Quando se calcula a densidade econômica, constata-se que, em média, um quilômetro quadrado de território na Cidade-Região de São Paulo produz 68 vezes mais do que um quilômetro quadrado no restante do Brasil.

Uma terceira maneira de se compreender a espacialidade do PIB, em nível municipal, é do ponto de vista da hierarquia urbana[9]. Quanto mais alta a hierarquia, maior o PIB *per capita*. As metrópoles, em 2016, apresentaram um PIB *per capita* 2,2 vezes maior do que os centros locais. Isto é reflexo da maior inserção das metrópoles nos principais circuitos econômicos nacionais e globais, o que leva a uma concentração das atividades econômicas mais sofisticadas (mais agregadoras de valor) nesses centros do topo da hierarquia urbana.

[5] Recorte geográfico que reúne um conjunto de municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de arranjo populacional – o polo.

[6] Municípios que atraem os moradores dos demais municípios da Região Geográfica Imediata, para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis, para a procura de emprego, de serviços de saúde e educação, bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

[7] Municípios não polo da Região Geográfica Imediata.

[8] Espaço que engloba mais de um arranjo populacional, com porte metropolitano ou próximo disso, formando geralmente uma área conurbada contínua ou quase contínua, com forte integração econômica, social e cultural.

[9] Posição relativa de um centro urbano (sede de município) ou de um arranjo populacional no conjunto funcionalmente articulado de cidades do território brasileiro. Ela é aferida por meio da quantificação de suas funções (presença de instituições e empresas) e do grau de centralidade em relação ao deslocamento de moradores de outros municípios em busca de bens e serviços. Atualmente são identificados cinco grandes níveis: metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local.

Hierarquia urbana

2016

Hierarquia urbana	Participação do PIB no Brasil (%)	Participação da população no Brasil (%)	PIB *per capita* (R$)
Brasil	**100,0**	**100,0**	**30 411,30**
Metrópoles	44,6	33,0	41 091,66
Capitais regionais	21,0	19,6	32 660,53
Centros sub-regionais	7,9	8,5	28 055,90
Centros de zona	9,4	10,8	26 357,37
Centros locais	17,1	28,1	18 570,91

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: 1. Para efeito desta publicação, os municípios que não existiam em 2007 e, portanto não classificados na pesquisa Regiões de Influência das Cidades 2007, foram considerados como municípios de Centro local.
2. População residente estimada para 1º de julho, segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Considerando-se que os centros urbanos polarizam regiões rurais ao seu redor, torna-se importante também analisar o comportamento do PIB neste recorte geográfico.

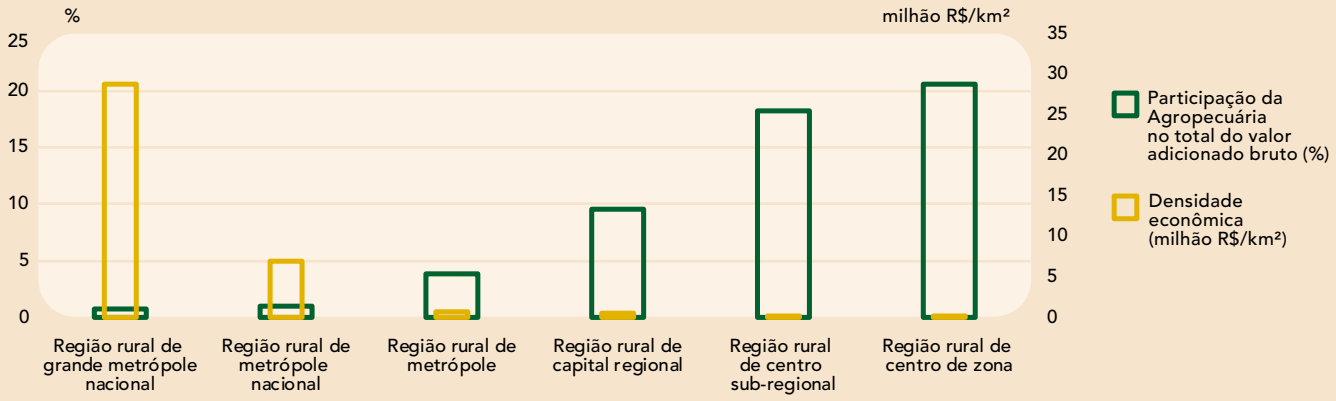
De modo geral, constata-se que há uma relação inversamente proporcional entre a densidade econômica e a participação do valor adicionado bruto da Agropecuária, conforme o nível de hierarquia urbana do centro polarizador. Quanto maior a posição na hierarquia urbana, maior tende a ser a densidade econômica e menor tende a ser a participação da Agropecuária no total do valor adicionado bruto.

Nesse sentido, regiões rurais de metrópoles e capitais regionais como São Paulo, Rio de Janeiro e Ribeirão Preto (SP) tendem a possuir as maiores densidades econômicas e as menores participações relativas do setor agropecuário, enquanto regiões rurais de centros de zona e centros sub-regionais como Botucatu (SP) e Porto Seguro (BA) tendem a possuir as menores densidades econômicas e as maiores participações relativas do setor agropecuário.

Em 2016, três das cinco regiões rurais com mais alto valor adicionado bruto na Agropecuária, em termos absolutos, estavam no Estado do Paraná: a região rural da Capital Regional de Cascavel (segunda posição), a região rural da Capital Regional de Ponta Grossa (quarta posição) e a região rural das Capitais Regionais de Maringá e Londrina (quinta posição). As outras duas foram a região rural da Capital Regional de Passo Fundo (RS), na primeira posição, e a região rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo (terceira posição).

Participação da Agropecuária no total do valor adicionado bruto e densidade econômica das regiões rurais, segundo a hierarquia urbana

2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Dinâmica 2002-2016

Uma segunda dimensão de análise dos dados do PIB dos Municípios é a da série temporal, comparando os dados de 2002 e 2016. A análise com base nas Grandes Regiões apontou para alterações marginais nos padrões geográficos do PIB no Território Nacional. A Região Sudeste permaneceu concentrando a maior parte do PIB brasileiro, embora tenha reduzido sua participação, de 57,4%, em 2002, para 53,2%, em 2016. Do mesmo modo, a Região Nordeste apresentou aumento de participação no PIB nacional, de 13,1% para 14,3 % no período.

Ao se mudar o recorte de análise, pode-se verificar que a Amazônia Legal[10] e o Semiárido[11] apresentaram os maiores ganhos de participação no PIB do Brasil. Em 2002, a Amazônia Legal respondia por 6,9% e o Semiárido, por 4,5%. Já em 2016, esses valores foram 8,6% e 5,1%, respectivamente. Na aproximação analítica que considera as Regiões Geográficas Imediatas, os municípios-polo apresentaram redução na participação do PIB nacional, enquanto os municípios do entorno aumentaram sua importância no período.

Verifica-se também que regiões que concentram grande parte do PIB brasileiro apresentaram menor dinamismo econômico no período analisado. A Cidade-Região de São Paulo, por exemplo, reduziu sua participação no PIB nacional, saindo de 28,2%, em 2002, para 26,0%, em 2016. O mesmo foi observado em outras regiões com grande PIB, como o eixo da Rodovia Anhanguera no Estado de São Paulo, as regiões de Belo Horizonte, de Curitiba, do nordeste catarinense, de Porto Alegre e da Serra Gaúcha.

PIB segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

Tipologias geográficas e recortes selecionados	PIB			
	2002		2016	
	Valor (R$ 1 000 000)	Participação (%)	Valor (R$ 1 000 000)	Participação (%)
Brasil	**1 488 787**		**6 267 205**	
Grandes Regiões				
Norte	69 902	4,7	337 213	5,4
Nordeste	194 848	13,1	898 083	14,3
Sudeste	854 310	57,4	3 332 051	53,2
Sul	241 565	16,2	1 066 968	17,0
Centro-Oeste	128 163	8,6	632 890	10,1
Regiões geográficas imediatas				
Municípios-polo	914 790	61,4	3 691 034	58,9
Municípios do entorno	573 997	38,6	2 576 171	41,1
Concentrações urbanas				
Grandes concentrações urbanas	850 610	57,1	3 401 099	54,3
Médias concentrações urbanas	295 804	19,9	1 290 508	20,6
Tipologia rural-urbana				
Município urbano	1 323 007	88,9	5 483 694	87,5
Município intermediário	58 467	3,9	272 960	4,4
Município rural	107 313	7,2	509 579	8,1
Recortes selecionados				
Cidade-Região de São Paulo	419 226	28,2	1 630 883	26,0
Amazônia Legal	103 374	6,9	537 398	8,6
Semiárido	66 650	4,5	318 824	5,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

[10] A Amazônia Legal é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Goiás, sendo que, nos três últimos, a abrangência é parcial.

[11] O Semiárido brasileiro é composto por 1 262 municípios, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

Em contrapartida, nota-se maior ganho relativo no interior do Nordeste, especialmente no Estado do Piauí. Ainda no Nordeste, as maiores concentrações urbanas[12] do litoral apresentaram um dinamismo menor do que as regiões do interior.

Notável também é o dinamismo do PIB em algumas regiões relacionadas ao agronegócio, como o oeste de Minas Gerais, o noroeste gaúcho e a quase totalidade de Mato Grosso. De maneira geral, pode-se observar um movimento de redução das desigualdades regionais, já que muitas regiões de menor PIB tiveram ganho de participação na economia brasileira em detrimento daquelas de maior PIB.

Em termos de PIB *per capita*, apesar das metrópoles e das capitais regionais concentrarem os maiores valores, foram os centros urbanos de pequena hierarquia, notadamente os centros de zona e os centros locais, que apresentaram os maiores crescimentos em valor, entre 2002 e 2016.

Por outro lado, as metrópoles apresentaram crescimento em valor abaixo da média nacional, indicando um movimento de desconcentração econômica em direção às cidades de menor PIB localizadas no interior de todas as Grandes Regiões do País. Cabe observar que, nas áreas de maior PIB, as três categorias de hierarquia urbana mais elevadas (metrópole, capital regional e centro sub-regional) apresentaram crescimento em valor do PIB *per capita* inferior à média nacional.

Em complementação a essa avaliação, há a análise da desigualdade entre os municípios-polo e os municípios do entorno das Regiões Geográficas Imediatas. O conjunto dos municípios-polo possuía, em 2016, um PIB *per capita* de R$ 35 642,77, enquanto municípios do entorno possuíam um PIB *per capita* de R$ 25 127,22.

Observa-se que, em termos de PIB, nas áreas de maior PIB e população – como São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro – os municípios-polo perderam participação se comparados aos do entorno, enquanto nas áreas de menor PIB – como a Região do Semiárido – ocorreu o inverso, os municípios-polo ganharam participação em detrimento dos do entorno, entre 2002 e 2016.

Atividades econômicas

Ao se analisar as diversas atividades econômicas, Agropecuária; Indústria; Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social); e Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, percebem-se novas complexidades e padrões de interação do território brasileiro.

Destaca-se a importância da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social nos municípios das Regiões Nordeste e Norte. Por sua vez, os Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) apresentam grande relevância nos municípios das Regiões Sudeste e Sul. Na Região Centro-Oeste, chama atenção a Agropecuária.

A Indústria predomina em alguns municípios isolados, devido à presença de Indústrias extrativas – Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, litoral Norte Fluminense e região paraense de Carajás –, de produção de energia elétrica – Foz do Iguaçu (PR), Paulo Afonso (BA) e Tucuruí (PA) – e de Indústrias de transformação, no nordeste catarinense.

Observa-se que a Região Norte passou de 7,9%, em 2002, para 11,1%, em 2016, no valor adicionado bruto da Agropecuária nacional. Na Região Sudeste a participação no valor adicionado bruto da Indústria do País declinou de 59,7%, em 2002, para 52,9%, em 2016.

Mudanças mais significativas são observadas quando a análise se desloca para outras escalas e diferenciações geográficas. Em 2016, 77,8% da Agropecuária encontrava-se fora dos municípios-polo sob a ótica das Regiões Geográficas Imediatas. Já sob a ótica da tipologia rural-urbana, 40,6% da atividade concentrou-se apenas em municípios urbanos. Observa-se ainda que os municípios que compõem a Amazônia Legal apresentaram, em 2002, 14,8% da Agropecuária nacional, alcançando, em 2016, 21,0%.

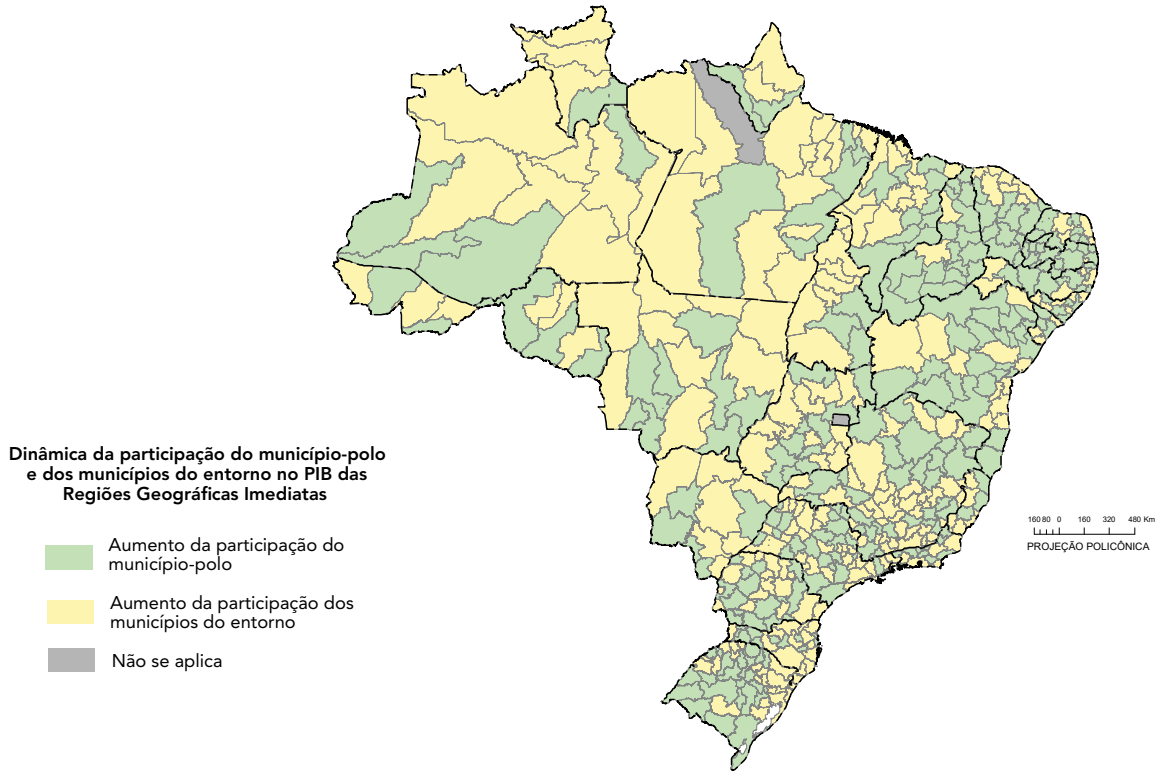
Na Indústria, observa-se, igualmente, o ganho de participação dos munícipios classificados como rurais. Em 2002, esses municípios respondiam por 4,3% da Indústria nacional, alcançando 6,4% em 2016. Atesta-se uma tendência de espraiamento da atividade industrial para os municípios de menor participação. Em 2002, 52,8% da Indústria do País estavam em grandes concentrações urbanas; em 2016, eram 48,4%.

Em nível macrorregional, a Indústria, concentrada na Grande Região Sudeste (59,7%, em 2002), recuou sua participação no período (52,9%, em 2016), enquanto todas as demais Regiões aumentaram sua participação.

[12] Município ou arranjo populacional com população acima de 100 000 habitantes. Apresenta alto grau de integração, devido aos deslocamentos para trabalho e estudo, possuindo grande tamanho populacional e manchas urbanizadas resultantes da expansão de uma ou mais cidades.

Dinâmica do PIB nas Regiões Geográficas Imediatas

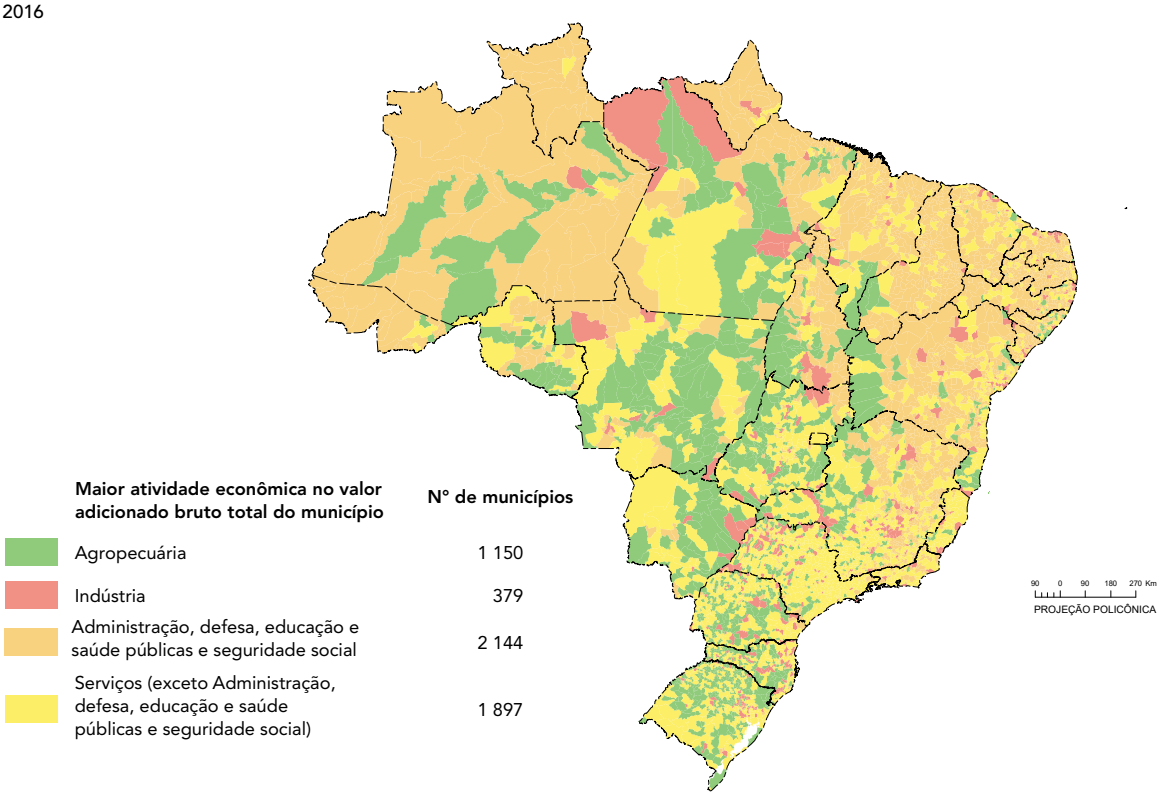
2002-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Atividade econômica predominante no município

2016



Maior atividade econômica no valor adicionado bruto total do município	N° de municípios
Agropecuária	1 150
Indústria	379
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2 144
Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)	1 897

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

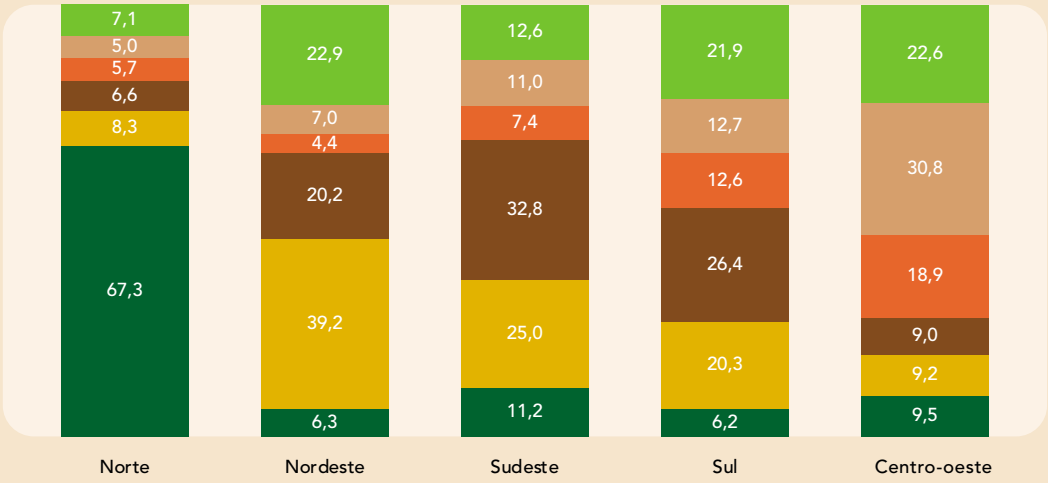
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do valor adicionado bruto (%)							
	Agropecuária		Indústria		Serviços (1)		Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	
	2002	2016	2002	2016	2002	2016	2002	2016
Brasil	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Grandes Regiões								
Norte	7,9	11,1	5,1	6,2	3,5	3,9	7,3	8,3
Nordeste	20,9	15,9	11,7	13,4	11,5	13,0	19,2	20,9
Sudeste	27,7	24,9	59,7	52,9	61,9	58,6	45,8	40,8
Sul	27,6	28,0	18,1	20,1	15,4	15,8	12,4	13,9
Centro-Oeste	15,9	20,1	5,5	7,3	7,6	8,8	15,2	16,1
Regiões geográficas imediatas								
Municípios-polo	23,0	22,2	56,5	51,1	69,9	65,6	55,4	54,8
Municípios do entorno	77,0	77,8	43,5	48,9	30,1	34,4	44,6	45,2
Concentrações urbanas								
Grandes concentrações urbanas	3,5	3,1	52,8	48,4	64,8	61,1	49,5	46,9
Médias concentrações urbanas	12,7	10,5	26,3	25,6	18,8	20,5	17,5	18,5
Recortes selecionados								
Cidade-Região de São Paulo	2,8	2,1	28,5	23,6	33,2	31,7	14,4	12,6
Amazônia Legal	14,8	21,0	6,7	8,9	5,5	6,6	10,1	12,1
Semiárido	10,4	8,1	3,6	3,8	3,2	4,1	9,8	10,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.
(1) Exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social

Considerando a distribuição do valor adicionado bruto das Indústrias de transformação, em 2016, segundo a hierarquia urbana, observa-se padrões diferentes em cada Grande Região. No Norte, há concentração (75,6%) nas metrópoles, justificada em grande parte pela presença da Zona Franca de Manaus. No Nordeste, as metrópoles tinham uma participação relevante (45,5%), embora a maior parte do valor adicionado bruto não tenha sido produzido nos núcleos dessas metrópoles (Fortaleza, Recife e Salvador).

Participação das hierarquias urbanas no valor adicionado bruto das Indústrias de transformação, segundo as Grandes Regiões (%)

2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.
Nota: Para efeito desta publicação, os municípios que não existiam em 2007 e, portanto não classificados na pesquisa Regiões de Influência das Cidades 2007, foram considerados como municípios de centro local.

No Sudeste, região que concentrava 55,4% das Indústrias de transformação do País, em 2016, 63,8% encontravam-se fora das metrópoles da região. Por fim, no Sul e no Centro-Oeste, estas proporções eram ainda maiores (73,5% e 81,3%, respectivamente).

Os Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) apresentaram grande expansão na participação no valor adicionado bruto do total entre 2002 e 2016 (de 50,7% para 55,7%). Em uma análise regional, o destaque do período fica, novamente, para a Amazônia Legal (de 5,5% para 6,6%) e também para o Semiárido (de 3,2% para 4,1%).

Constata-se ainda que, como ocorrido na Indústria, os municípios de menor PIB ganharam participação nos Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social). Já as grandes concentrações urbanas apresentaram um recuo na participação nacional, de 64,8% para 61,1%, enquanto as médias concentrações urbanas avançaram de 18,8% para 20,5%, entre 2002 e 2016. O mesmo fenômeno se verifica em uma análise com o foco nas Regiões Geográficas Imediatas. Os municípios-polo dessas regiões registraram uma redução na participação nacional (69,9%, em 2002, e 65,6%, em 2016); os municípios do entorno, por outro lado, registraram aumento (de 30,1% para 34,4%).

Merece destaque também a importância econômica da Cidade-Região de São Paulo. Em 2002, essa área, que concentra 140 municípios próximos, fortemente interligados e polarizados pelo Município de São Paulo, registrava um PIB conjunto de 28,2% do PIB brasileiro. Ainda que a região siga, em 2016, com uma participação significativa, observa-se que sua importância na economia nacional foi reduzida para 26,0%, em 2016, com redução na participação em todas as atividades econômicas no período.

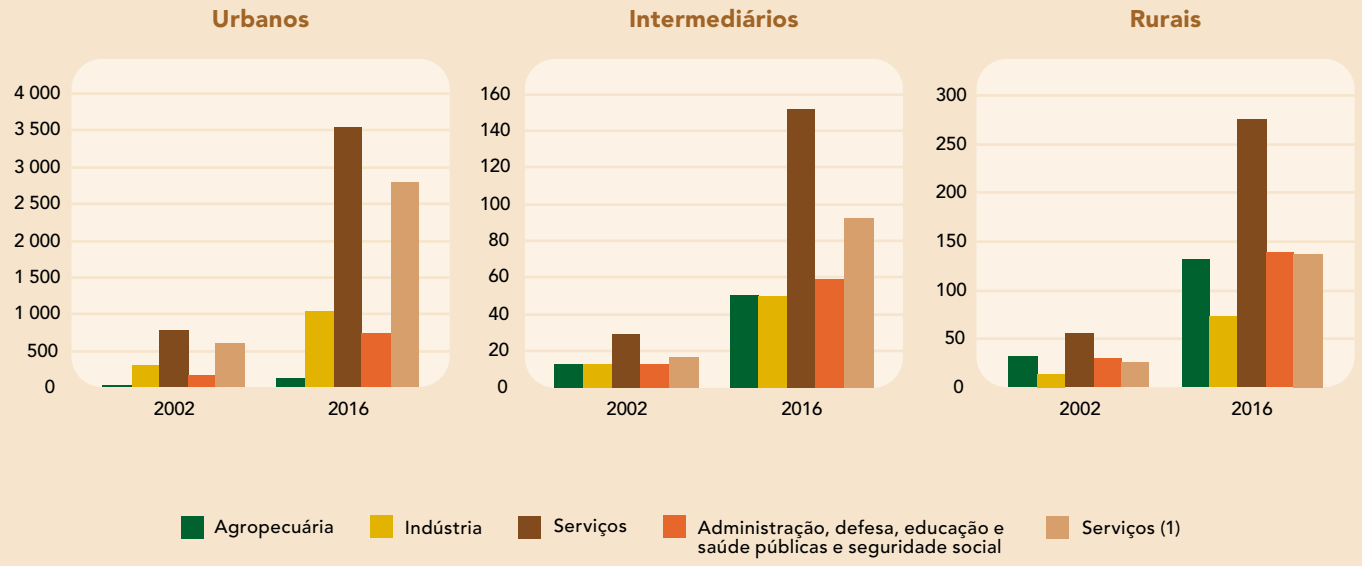
A atividade da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social acompanhou as mudanças verificadas nas três atividades. No Brasil, a atividade representava 16,5%, em 2002, elevando-se para 17,4%, em 2016. Entre as Grandes Regiões, o Sudeste perdeu participação no total da atividade brasileira, enquanto as demais ganharam.

Entre os recortes selecionados, os municípios que constam na Amazônia Legal apresentaram o maior ganho de participação na Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. De um modo mais amplo, as grandes concentrações urbanas perderam no período e as médias concentrações urbanas ganharam participação.

Em uma análise onde o foco são as Regiões Geográficas Imediatas, os municípios-polo tiveram redução na participação da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, enquanto os municípios do entorno, por sua vez, experimentaram uma elevação.

O mesmo se verifica na análise da tipologia rural-urbana na Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social: os municípios classificados como urbanos recuaram a participação de 79,9%, em 2002, para 79,0%, em 2016. Os municípios intermediários, por sua vez, elevaram a participação, de 6,0% para 6,3%, e nos municípios rurais, o ganho foi maior: de 14,1% para 14,7%.

Valor adicionado bruto das atividades econômicas, em municípios urbanos, intermediários ou rurais (R$ bilhões)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.
(1) Exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Nos municípios intermediários, a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social representava, em 2002, ¾ do valor adicionado bruto de Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), já, em 2016, detinha 66,4%.

Nos municípios rurais, por sua vez, a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social supera os Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), porém, observa-se que estes últimos vêm ganhando participação no período. Em 2002, os Serviços desses municípios respondiam por 6,4% dessa atividade no âmbito nacional, e, em 2016, 7,0%. Já nos Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), os municípios rurais representavam 4,0%, em 2002, e passaram a representar 4,5%, em 2016. ■

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais
Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Elaboração de mapas
Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia

Ilustrações
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Acervo IBGE
Agência Brasil

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**, procure o **IBGE**.

/ibgecomunica /ibgeoficial
/ibgeoficial /ibgeoficial
www.ibge.gov.br 0800-721-8181
(21) 97385-8655

IBGE

Links

Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>